

5

Considerações finais

O presente trabalho propôs a análise das desigualdades sociais a partir das percepções dos jovens participantes da pesquisa “*Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*”. Os dados com os quais foi embasado este texto se referem especificamente às suas percepções sobre os temas de educação, escola e trabalho. Esses jovens apresentam muitas das semelhanças entre si, mas suas expectativas e receios revelam as assimetrias que compõem esse segmento social denominado juventude.

No 1º capítulo verificou-se que o conceito de juventude é ‘móvel’ e culturalmente construído, ou seja, as formas de ser jovem modificaram-se ao longo do tempo e a experimentação da juventude está em concordância com as especificidades que cada cultura lhe atribui. Também é preciso considerar que diferem as maneiras de vivenciar a condição juvenil em cada sociedade, não apenas devido à pluralidade de opções a que os jovens têm acesso como também em decorrência das desigualdades que permeiam a sociedade.

O tema norteador desta dissertação foi a problemática da desigualdade educacional. Dessa forma, partiu-se do princípio de que o conjunto do sistema escolar público no Brasil concorre para a reprodução das desigualdades entre os indivíduos, na medida em que não prima por um atendimento educacional que proporcione a superação das influências de sua origem social para o seu desempenho escolar.

Muitos autores discorrem sobre as influências do *capital cultural* familiar sobre a trajetória escolar dos alunos e que, conseqüentemente, incidem para o quadro de estratificação educacional do país. Mas alguns autores, apesar de compreenderem o papel do *capital econômico* e do *capital cultural* legado pela família como um fator de fundamental importância para o sucesso escolar, creditam à escola a possibilidade de atenuar o impacto do background familiar sobre a trajetória escolar. Contudo, indicadores educacionais revelam que, em geral, o que a escola pública oferece aos alunos em termos de ensino e infraestrutura escolar não é suficiente como fator de superação.

Ao longo das últimas duas décadas, o sistema educacional brasileiro, em todos os níveis (educação básica e ensino superior) expandiu-se consideravelmente. No entanto, a despeito da expansão, a quase totalidade do sistema público de educação básica (ensino fundamental e ensino médio) apresenta indicadores muito desfavoráveis no que se refere às competências adquiridas através do ensino pelo alunado que o frequenta.

Embora este trabalho não discuta a qualidade da escola pública em oposição à escola particular, uma das direções tomadas foi apontar as assimetrias de oportunidades entre os alunos da rede pública, os alunos das escolas públicas “de excelência” e os estudantes da rede privada também considerada “de excelência”. Ou seja, essas escolas “de excelência” estão acima da média no quesito ensino e esse fato se comprova através de exames, como o ENEM, que visam verificar a proficiência dos alunos.

De acordo com exames como o SAEB e o ENEM, verifica-se que, em média, o alunado das escolas públicas apresenta resultados desfavoráveis. Também é necessário considerar a condição do apoio ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos, tanto no que diz respeito à infra-estrutura escolar, ou seja, os recursos disponíveis, como bibliotecas, acesso a computadores, laboratório de ciências, entre outros, quanto no que se refere à qualificação dos profissionais. Saliento, no entanto, que não foi a pretensão do presente trabalho verificar as causas das carências de nossa educação escolar e, sim, apontar que as carências permeiam o sistema público.

No 2º capítulo, a problemática da escola pública foi contextualizada com uma introdução a respeito de como se constituiu o ensino médio no país. Viu-se que a democratização do acesso aos bancos escolares passou a ser uma realidade a partir da década de 1990, no entanto, índices educacionais revelam que uma parte dos alunos que chega a completar o ensino fundamental o faz sem condições de interpretar mesmo os textos mais simples. Indicadores educacionais também demonstram altas percentagens de evasão escolar, repetência e defasagem idade/série.

Em decorrência de entraves como a evasão e a repetência, não chega a 50% o número de jovens brasileiros com idades entre 15 e 17 anos que frequentam o ensino médio. Por um longo período o ensino secundário foi considerado mero curso preparatório para o acesso ao ensino superior e que

apenas muito recentemente o país começou a democratizar também o ensino médio. Por essas razões, os jovens participantes da pesquisa podem ser considerados um grupo que se destaca da população escolar, porque freqüentam este nível de ensino na idade considerada apropriada.

No 3º capítulo foram apresentadas as falas dos estudantes, suas opiniões e impressões que destacam tanto receios quanto expectativas a respeito de sua condição escolar. Suas percepções indicam tanto similaridades quanto diferenças entre os jovens. Similaridades no que diz respeito às inseguranças de viver em um mundo em constante transformação e também referente ao temor da competição quanto ao mercado de trabalho.

As diferenças referem-se às suas percepções em relação à escola que freqüentam, ou seja, os estudantes das escolas públicas lamentam que a educação que lhes é ministrada os impossibilitam de concorrer em condições de igualdade com alunos mais bem preparados. Quanto aos alunos de colégios “de excelência” (públicos ou privados), esse temor não transpareceu em suas falas. Mas sim, o medo da concorrência, seja para o ingresso em universidades ou para a entrada no mercado de trabalho. Esse receio deve-se muito às novas circunstâncias: a concorrência por vagas em instituições do ensino superior aumentou enquanto indicadores atestam que o acesso dos jovens ao mercado de trabalho está cada vez mais difícil.

Os jovens tanto de escolas públicas quanto privadas do Rio de Janeiro, reconhecem a qualidade do ensino que o seu estabelecimento escolar lhes oferece, pois estão conscientes do contexto de grandes desigualdades educacionais que permeiam o sistema nacional de ensino. As suas falas revelam que consideram a passagem pela escola como um processo de grande importância para o seu futuro. Estes jovens anseiam por um futuro promissor no mercado de trabalho e temem as conseqüências da competição seja por vagas na universidade, seja por vagas de emprego.

Esses jovens reconhecem os percalços ou as facilidades que vislumbram para o seu futuro, quando compreendem o vínculo entre a sua posição na escala social e a preparação que os capacitam a concorrer por vagas no mercado de trabalho. Reconhecem também o quanto a escolarização é fator fundamental para essa ‘disputa’ e as implicações de possuir o diploma de ensino médio ou ensino

superior. Estes jovens sabem que a maior escolarização (e mesmo cursos de línguas e informática, entre outros) potencializa o currículo.

A percepção destes estudantes é a de que, quando chegar o momento de buscar a inserção no mercado de trabalho, a educação escolar que obtiveram ao longo de suas vidas poderá traduzir-se em mais ou menos oportunidades. Em suma, a percepção que transparece das falas de grande parte dos estudantes entrevistados da rede pública é a de que a educação a qual têm acesso é de qualidade inferior ao dos alunos da rede privada, assim como os alunos das escolas da rede privada percebem essa distinção da mesma forma. São jovens da mesma faixa etária e estudantes do mesmo grau escolar, mas o acesso à educação é diferenciado.

Os nostálgicos sempre poderão afirmar que em seu tempo, lá pelos idos das décadas de 1950/60, a escola era pública e boa. Por essa época, a rede escolar pública era muito restrita, ou seja, boa parte dos jovens em idade escolar simplesmente permanecia à sua margem. Hoje, apesar da universalização do acesso à escola, permanece um sistema que não incide para a igualdade de oportunidades. As desigualdades sociais são a tônica que norteia o campo de opções dos jovens das camadas populares.

A distinção entre as escolas de excelência e as escolas públicas traduz-se em uma assimetria que concorre para a produção das desigualdades educacionais. Se para cada público corresponde um tipo específico de escolarização, então as desigualdades educacionais atuam como o reflexo das desigualdades sociais. Assim sendo, a possibilidade de mobilidade social através da exigida preparação para o mercado de trabalho é ainda mais escassa para o alunado das camadas populares que não encontra na escola subsídios para uma formação que o auxilie a concorrer – com um mínimo de igualdade – com estudantes melhor preparados. Dayrell corrobora com essa afirmativa quando afirma que:

No Brasil, o princípio da incerteza domina o cotidiano dos jovens, que se deparam com verdadeiras encruzilhadas na vida (...) Se essa é uma realidade comum à juventude, no caso dos jovens pobres os desafios são ainda maiores, uma vez que contam com menos recursos e margens de escolha, imersos que estão em constrangimentos estruturais, (2007, p. 54)

A exclusão do estudante pobre costuma acompanhá-lo pelo resto de sua vida, em relação à sua posição no mercado de trabalho, à habitação e ao acesso

aos bens sociais básicos como educação e saúde. Sua posição marginal pode vir a se reproduzir em seus filhos que, igualmente, terão ao longo da vida poucas possibilidades de mobilidade social. Dessa forma, o sistema escolar produz desigualdades educacionais que, por sua vez, concorrem para a perpetuação das desigualdades sociais.